

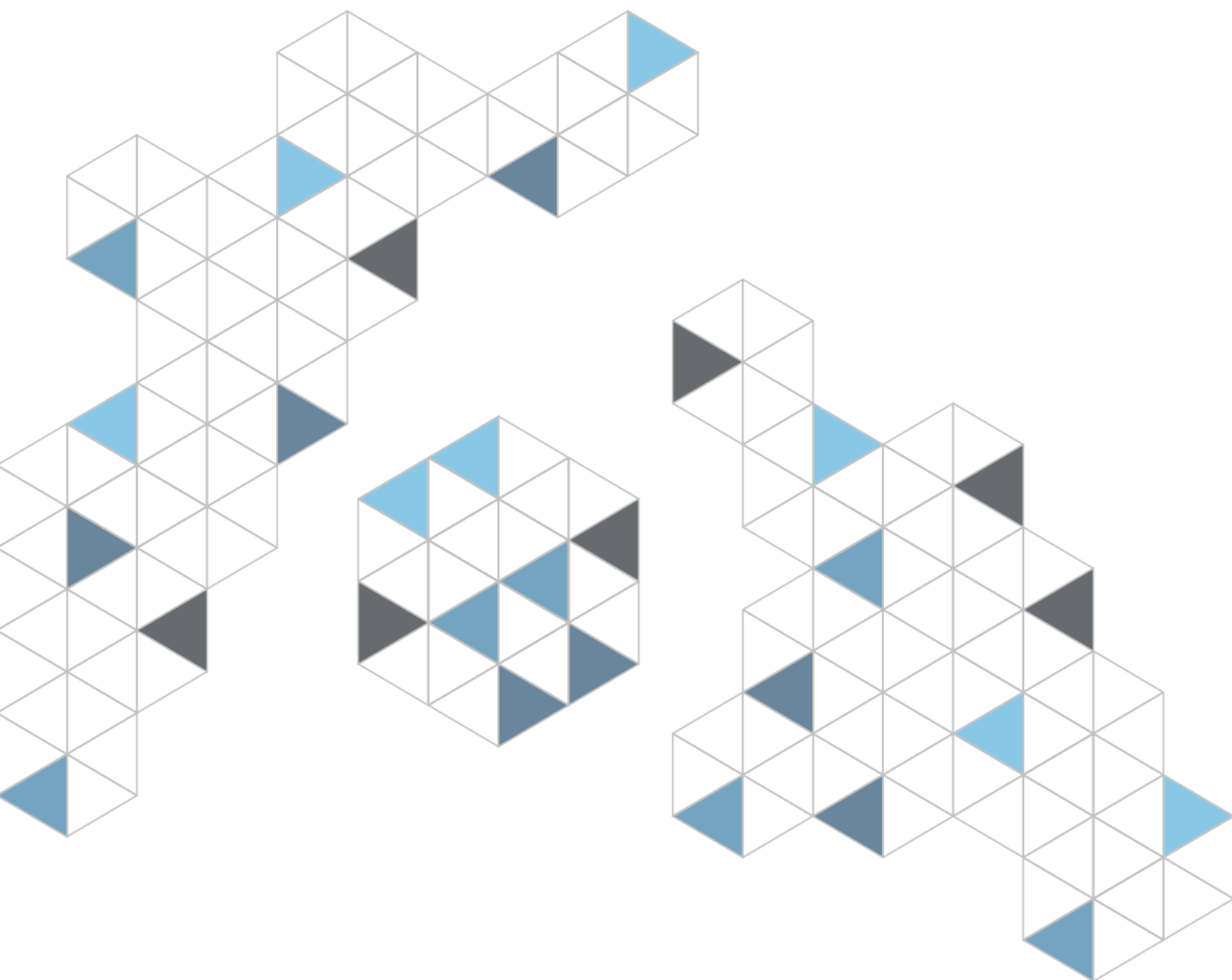
2025

30 de setembro

Relatório de Recomendações

Exportação da Produção Rural

Ciclo CMAP 2024-2025





2025

Exportação da Produção Rural



Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretária Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Equipe Técnica

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e design: Viviane Barros

Assistente de design: Ivan Sasha

Aprendizes de design: Manu Queiros e Douglas Saymom

Informações

E-mail: gabin.sma@planejamento.gov.br

Última alteração: 25 de setembro de 2025.

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento



@gov.br/planejamento



@minplanejamento

Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – CMAP

Casa Civil da Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Ministério da Fazenda

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público

Ministério do Planejamento e Orçamento

Apoio ao Conselho

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Escola Nacional de Administração Pública

Secretaria Executiva

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Subsecretário de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas

Rodrigo de Castro Luz

Equipe Técnica

Andréia Rodrigues dos Santos

Antônio Paulo Barea Coutinho

Cíntia Beatriz Fonseca

Luiz Fernando Arantes Paulo

Rodrigo Cesar Bessoni e Silva

Ronan Luiz da Silva

Sérgio Ricardo dos Santos Rosa



Sumário

<i>Sumário</i>	<i>3</i>
<i>Resumo Executivo</i>	<i>4</i>
Problema Público	4
Oportunidades de Aprimoramento	4
<i>Recomendações CMAP</i>	<i>5</i>
<i>APÊNDICE</i>	<i>6</i>



Resumo Executivo

A política de “Exportação da Produção Rural” isenta produtores rurais, organizados como pessoa jurídica, e agroindústria do pagamento da contribuição previdenciária patronal sobre a receita obtida com a exportação de sua produção. Esse benefício tributário resulta da combinação de dois instrumentos legais: o primeiro, a Lei nº 8.870/94, que alterou a forma de cobrança da contribuição previdenciária dessas empresas, substituindo a base de cálculo da folha de salários pela receita da comercialização; e o segundo, a Emenda Constitucional nº 33/2001, que isentou as receitas de exportação de contribuições sociais.

Problema Público

A avaliação executiva reconheceu o problema a ser enfrentado pela política, à época em que foi instituída, como a “*baixa competitividade da agropecuária nacional no comércio internacional*”. A análise realizada apontou que esse problema teria sido superado. Políticas agropecuárias, ao longo das décadas, buscaram equacionar diferentes questões (crédito, pesquisa, assistência, seguro, entre outras) e resultaram em ganhos expressivos de produtividade, alçando o País a uma posição de destaque na produção e exportação agropecuária.

Com relação às exportações, verifica-se, da década de 90 até 2024, avanço expressivo da balança comercial, do valor e volume exportados, ainda que sob uma crescente concentração da pauta exportadora. No entanto, comparações entre setores tratados e não tratados pelo benefício não foram capazes de captar efeitos de curto prazo significativos do benefício “Exportação da Produção Rural” sobre as exportações agropecuárias. Em outras palavras, o aumento expressivo das exportações teria acontecido mesmo na ausência do benefício. Além disso, a avaliação aponta a contribuição do benefício para o déficit previdenciário rural e a influência de variáveis como demanda e câmbio no aumento das exportações.

Oportunidades de Aprimoramento

Não foram identificados, desde o momento de criação do subsídio, mecanismos de planejamento ou governança. Nesse sentido, embora a Receita Federal do Brasil (RFB) cumpra suas obrigações no que diz respeito à fiscalização do benefício e à divulgação das estimativas, a política não possui coordenação, diretrizes, metas ou monitoramento, além de haver espaço para aprimoramento do cálculo das estimativas. Não se verifica uma estrutura de governança capaz de direcionar a gestão para o alcance dos interesses públicos.

Análises realizadas pelos avaliadores apontam que o valor do benefício tributário, se dirigido a outros setores, poderia gerar maior retorno de renda e de bem-estar da sociedade em comparação ao setor agropecuário e à agroindústria.

PPA 2024-2027
Programa – 1144
Agropecuária Sustentável

A avaliação executiva não identificou evidências de que o gasto tributário da política de “Exportação da Produção Rural” tenha contribuído para o aumento da competitividade das exportações do setor agropecuário e, por isso, indica a necessidade de reavaliar sua viabilidade como mecanismo de política pública.

Instituições/Entidades
Avaliadoras
Ipea
SMA/MPO



Recomendações CMAP

Recomendação 1: Realizar estudo para avaliar meios e possíveis impactos decorrentes da extinção do benefício.

Destinatários: Ministérios da Fazenda (MF), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Evidências que fundamentam a proposta:

1. A competitividade do setor rural exportador brasileiro cresceu consideravelmente desde a criação do benefício, em 2001, embora não tenham sido encontrados impactos significativos da política sobre as exportações no curto prazo.
2. O nível de gastos tributários é elevado, embora seu cálculo esteja, provavelmente, superestimado.
3. De acordo com metodologia que considera efeitos de equilíbrio geral e redes de produção, seria possível gerar melhores resultados em termos de renda nacional com uma redistribuição dos gastos tributários direcionados ao setor agropecuário e à agroindústria.
4. Não se verifica a existência de uma estrutura de gestão e governança de política pública.
5. O gasto tributário contribui de forma significativa para o déficit na previdência rural.

As evidências estão detalhadas nas seções de Diagnóstico do Problema, Implementação, Governança, Resultados e Impactos, Execução Orçamentária e Financeira e Eficiência e Economicidade do Relatório de Avaliação.

Recomendação 2: Revisar a estimativa do gasto tributário.

Destinatário: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Evidência que fundamenta a proposta:

O nível de gastos tributários é elevado, embora seu cálculo esteja, provavelmente, superestimado.

A evidência está detalhada nas seções de Implementação e Resultados e Impactos do Relatório de Avaliação.



APÊNDICE

São apresentadas, neste apêndice, propostas de aprimoramento sugeridas pelas equipes de avaliação que foram classificadas como complementares pelos Comitês técnicos (CMAS ou CMAG), não sendo levadas à apreciação pelo Conselho. Nesse sentido, são propostas que não gozam da chancela do CMAP e, portanto, não terão sua eventual implementação acompanhada pelo colegiado.

Proposta 1: Definir atores responsáveis pelo monitoramento do benefício tributário e análise de seus impactos.

Destinatários: Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)